



Ponto

Informativo eletrônico da Ágere Cooperação em Advocacy

Edição nº. 25
Brasília, 18 de setembro de 2009

NEGOCIAR OU LEGISLAR?

Argumentação na Câmara dos Deputados dividiu opiniões sobre a redução da jornada de trabalho e sua aplicação

No mês de agosto, uma Comissão Geral acirrou o debate acerca da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais na Câmara dos Deputados, revelando opiniões divergentes. De um lado, líderes sindicais defenderam a alteração e pressionaram a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/95 que garante, constitucionalmente, a redução da jornada de trabalho. De outro, a resistência dos empresários, que preferem uma negociação setorial entre patrões e empregados.

O clima tenso da sessão foi marcado pela mobilização social: cerca de mil manifestantes acompanharam o evento. Para sustentar um debate mais técnico, o presidente da Câmara, Michel Temer, afirmou que a função do Congresso Nacional é filtrar as discussões e tentar chegar a um entendimento. Carlos Lupi e Armando Monteiro, representantes de cada posição, atuaram nesse tom.

Ao discursar, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, confirmou sua postura à favor da redução da jornada de trabalho contestando o argumento de que a medida provocará falência de empresas e demissão de empregados. Segundo o ministro, a participação da massa salarial no custo do produto de uma empresa é de 22%. "A redução da jornada de trabalho terá impacto de 1,99 ponto percentual nesse custo, que passaria para 23,99%, praticamente 24%". Lupi disse ainda sobre as vantagens da jornada de 40 horas e que mais de 40% dos países do mundo utilizam a carga média de 40 horas semanais.

Já Armando Monteiro, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e deputado do PTB-PE, se posicionou contra a aprovação da PEC 231/95. "Não é possível nivelar todos os empreendimentos e regiões brasileiras. A redução da jornada é algo que o mundo faz pela via da negociação, setor a setor. É isso que o bom senso aconselha", disse Monteiro em oposição a possibilidade de uma medida impositiva. Acrescentou que as

informações do ministro Carlos Lupi sobre a jornada de trabalho em outros países não retratam a jornada legal, mas um valor estimado. E conclui citando estudos que não provaram relação entre a redução da jornada e o aumento do número de empregos.

Do ponto de vista da administração gerencial ideal, a negociação entre trabalhador e empregado gera resultados mais eficientes para ambos, se as condições argumentativas e expressivas forem proporcionais. Contudo, a realidade prática brasileira não fornece igual capacidade de negociação, como explica o cientista social Lucas Amaral, assessor parlamentar da Ágere. “Não vivemos a situação racional ideal habermasiana na qual todos têm as mesmas condições de se defender, nem na Grécia Antiga, onde todos estão dispostos a escutar uns aos outros efetivamente. Por isso, à parte da discussão da legalidade ou não do tema da “negociação”, trata-se de uma proposta pouco interessante para a classe trabalhadora e de uma situação que pode fugir ao controle do Estado e dos próprios empregadores, gerando mais desigualdade social para o país e mais instabilidade econômica para grupos sociais vulneráveis”.

A Ágere acredita que a promoção da discussão entre os diferentes grupos de interesse é missão precípua do Poder legislativo. A experiência comum do debate é uma oportunidade de re-construção das idéias por vezes expressas de modo pouco dinâmico no Brasil. E isso qualifica o debate, além de construir pontes de interação para conversas futuras, mesmo que sejam pontes onde o conflito se manifeste. Mas momentos como a Comissão Geral onde são tomadas decisões importantes para o Brasil não podem ser únicos, e nem a Câmara e o Senado as únicas arenas. É preciso levar as discussões a espaços diversificados, como a diferentes formas de mídia da sociedade. Nossa política precisa ser mais micro e popular.

“Trata-se de uma proposta pouco interessante para a classe trabalhadora e de uma situação que pode fugir ao controle do Estado e dos próprios empregadores, gerando mais desigualdade social para o país e mais instabilidade econômica para grupos sociais vulneráveis”

Lucas Amaral,
cientista social e
assessor parlamentar
da Ágere



No Ponto é um informativo quinzenal sobre os trâmites governamentais que são acompanhados pela Ágere Cooperação de Advocacy. Para enviar sugestões ou solicitar alterações no cadastro, envie um e-mail para noponto@agere.org.br.

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Juliana Campêlo

Assessoria de Imprensa

Lucas Amaral

Assessor Legislativa

EDIÇÃO

Iradj Roberto Eghrari